

EDUCAÇÃO PARA A GESTÃO DA MOBILIZAÇÃO E
SEGURANÇA NACIONAL

Lícia Mendes

Administradora / Ouvidora do Instituto Mendes de Educação e Cultura – IMEC; Professora da Pós-Graduação em Gestão de Segurança Empresarial – SENAC/RJ; Especialização em Logística e Mobilização Nacional – Escola Superior de Guerra - ESG e Segurança nas Organizações– UNESA.

E-mail: liciamendes@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo busca alertar a sociedade e o governo da importância do conhecimento e do preparo do cidadão brasileiro para o civismo e patriotismo. Tal deve ocorrer dentro do sistema educacional, visando ao desenvolvimento e à prática destes atributos em seu dia-a-dia e em situação iminente da necessidade de uma mobilização nacional. Realizado após pesquisas bibliográficas, com o objetivo de identificar a importância e o grau de influência de uma população consciente e motivada por estes sentimentos. Foi elaborado para constatarmos que em situação de iminência de uma mobilização nacional, o cidadão consciente e envolvido por estes sentimentos passa a ser fundamental para a Segurança Nacional dentro de sua aplicabilidade sempre norteada em um planejamento estratégico adequado em abrangência e temporalidade.

Palavras-Chave: Educação; Sociedade; Civismo; Patriotismo; Mobilização Nacional.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca alertar e mostrar a importância da inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica – EMC, no currículo escolar da educação básica, objetivando o conhecimento e o preparo do cidadão brasileiro para o civismo e patriotismo.

Segundo o “Dicionário da Língua Portuguesa”, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, civismo é a “devoção ao interesse público; patriotismo” e educação é “o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual ou moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” e “Conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade.”.

O processo de educação, em um primeiro momento, começa com a família, onde há o preparo do indivíduo para o aprendizado de valores, formas e maneiras de julgamento do certo e do errado, o respeito ao próximo e a sociedade e a sua pátria. Ou seja, é o início da formação do ser humano, que aos poucos vai sendo preparado para a vida individual e em sociedade.

Numa segunda etapa, a escola atua na instrução da criança, fornecendo-lhe conhecimentos referentes a áreas do saber específicas. Na continuidade ao processo iniciado pela família, ela deveria educar para a vida, através da disciplina, das responsabilidades, do estímulo ao exercício da cidadania e do patriotismo, contudo no aspecto do civismo o processo deixa a desejar.

Com o auxílio da Sociologia, entendemos o objetivo das relações que surgem e se reproduzem, especificamente, com base na coexistência de diferentes pessoas ou grupos em uma sociedade mais ampla. Estuda-se, ainda, através daquela ciência, as instituições,

as normas, as leis e os valores, conscientes ou inconscientes, que tais relações tendem a gerar no seio do grupo.

Podemos considerar uma sociedade como o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si, constituindo uma comunidade.

A origem da palavra sociedade vem do latim “societas”, uma “associação amistosa com outros”. Societas é derivado de “socius”, que significa “companheiro”, conceito este intimamente relacionado àquilo que é social. Está implícito que uma sociedade e seus membros compartilham interesses mútuos ou comuns. Como tal, sociedade é muitas vezes usada como sinônimo para o coletivo de cidadãos de um país governados por instituições nacionais que lidam com o bem-estar cívico.

Com relação ao civismo, este tende a delinear atitudes e comportamentos que manifestam os cidadãos em seu dia-a-dia, na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para a vida coletiva, para a preservação da harmonia e melhorar o bem-estar de todos. É o respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país.

Uma atribuição fundamental do Estado e sua prerrogativa exclusiva é a segurança nacional. Inerente à noção de Estado nacional, desde a sua origem, no século XVII, ela consiste em assegurar, em todos os lugares, a todo o momento e em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo tipo de ameaça e agressão.

Para isso, se faz necessária a manutenção de um efetivo de forças armadas e a mobilização da sociedade, a implementação da defesa civil e medidas preventivas de

situações de emergência definidas em lei. Também há que se manter infra-estrutura no território e se utilizar serviços de inteligência e contra-inteligência para detectar, prevenir ou evitar espionagem ou atentados e para proteger informações confidenciais.

Em caso de mobilização, esta é considerada como o provimento de pessoas/tropas e recursos para a guerra ou situação de emergência, governamental e/ou militar, destinadas à defesa de um país ou à preparação dele para determinada ação, podendo esta ser completa, ou parcial.

No decorrer deste artigo, procurar-se-á demonstrar a importância do preparo do cidadão, por intermédio da educação, para a gestão da mobilização e segurança nacional.

2 EDUCAÇÃO DO BRASIL

A história da educação brasileira evolui como a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo, trazendo um padrão próprio da Europa. No entanto, as populações que viviam no Brasil não possuíam características próprias de um sistema educativo. Convém ressaltar que as práticas correntes entre os indígenas aqui existentes, não tinham as marcas repressivas do modelo europeu.

Os jesuítas¹, além da moral, dos costumes e da religiosidade europeia, trouxeram também os métodos pedagógicos, estes utilizados por 210 anos, de 1549 a 1759.

¹ A Companhia de Jesus (em latim: Societas Iesu, S. J.), cujos membros são conhecidos como jesuítas é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional. http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus

Uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil, resultante da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal² e da chegada da Família Real que, fugindo de Napoleão³ na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo.

Objetivando melhorar as condições para sua estadia no Brasil, D. João VI⁴ estabeleceu várias melhorias na então colônia criando entre outras, Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Em seguida o Brasil foi promovido à condição de reino unido.

A educação continuou a ter uma importância secundária, pouco se fez por ela e muitos reclamavam de sua baixa qualidade.

Após a Proclamação da República, adotou-se o modelo político americano, baseado no sistema presidencialista. Tentaram-se várias reformas que pudessem alterar o quadro educacional, mas, se observarmos bem, a educação brasileira não sofreu nessa época, qualquer evolução que pudesse ser considerada marcante ou significativa.

A partir do século XX, as estatísticas indicaram melhorias na taxa de analfabetismo e aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). No entanto, a situação ainda não é satisfatória.

² Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, (Lisboa, 13 de Maio de 1699 — Pombal, 8 de Maio de 1782) foi um nobre e estadista português.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_José_de_Carvalho_e_Melo,_marquês_de_Pombal

³ Napoleão Bonaparte (em francês: Napoléon Bonaparte, nascido Napoleone di Buonaparte; Ajaccio, 15 de agosto de 1769 — Santa Helena, 5 de maio de 1821) foi o dirigente efetivo da França a partir de 1799 e adotando o nome de Napoleão I foi Imperador da França de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar rapidamente de 20 de março a 22 de junho de 1815.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Napoléon_Bonaparte

⁴ D. João VI de Portugal (nome completo: João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança; Lisboa, 13 de maio de 1767 — Lisboa, 10 de março de 1826), cognominado O Clemente, foi Rei de Portugal entre 1816 e a sua morte. Segundo dos filhos de D. Maria I de Portugal e de seu tio Pedro III, herdeiro da coroa como Príncipe do Brasil e 21º Duque de Bragança após a morte do irmão mais velho José, Duque de Bragança em 11 de setembro de 1788, vitimado pela varíola.

A educação passou a ser vista como base para o desenvolvimento do país mas, infelizmente, consideráveis parcelas dos recursos a ela destinados não são bem empregadas ou nunca chegam ao seu destino final, sendo desviadas para outras “prioridades” dentro da visão política de interesses do governo.

Os conteúdos e as atividades didáticas, voltadas envolvendo conhecimento de nossa pátria e de nossos símbolos não são mais utilizados em muitas escolas no país, desfavorecendo a familiarização da criança com a cidadania, durante a sua formação.

O que se tem presenciado é o não interesse, por parte do governo, em retornar a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) à grade escolar da educação fundamental. Esta matéria, a partir da Proclamação da República, atuou não só como currículo escolar, mas como prática educativa. Nessa condição era, até o ano de 1993, utilizada para o ensino e desenvolvimento do sentimento de amor e devoção à pátria e aos seus símbolos.

2.1 O Sistema Educacional Brasileiro⁵

Conforme presente na legislação, o Sistema Educacional Brasileiro se dá em resumo desta forma:

- Educação infantil - destinada a crianças de 0 a 6 anos de idade. Compreende creche e pré-escola;
- Ensino fundamental (1º Grau) - abrange a faixa etária de 7 a 14 anos e com duração de 8 anos. É obrigação de o Estado garantir a universalidade da educação neste nível de ensino.

⁵ <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, visitado em 18/10/2009.

- Ensino médio (2º Grau) e médio profissionalizante - Duração variável entre 3 e 4 anos;
- Ensino superior - Compreende a graduação e a pós-graduação. Os cursos da graduação têm duração de 4 a 6 anos. Na pós-graduação, a duração varia de 2 a 4 anos, para os cursos de mestrado, e entre 4 a 6 anos, para o doutorado.

Na última década do século XX - 1992/2007, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 17,2% para 9,9 % . O quadro abaixo mostra a evolução recente:

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)⁶

Periodicidade: Anual / ABRANGÊNCIA: Brasil

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007.

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade
1992	17,2
1995	15,5
1998	13,8
2003	11,5
2007	9,9

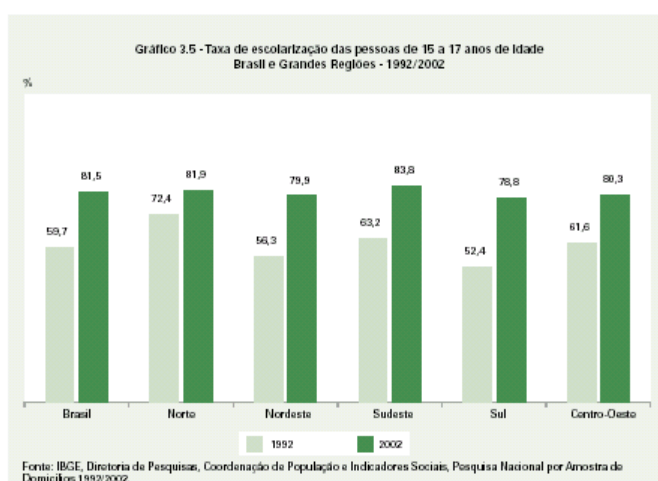
Nota:

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Essa queda continua sendo percebida ao longo dos primeiros anos do século XXI, chegando a 11,8% em 2002. No entanto, apesar dessa redução, o país ainda tem um total de 14,6 milhões de adultos analfabetos.

Além do mais, esta redução não ocorreu de forma equilibrada nas grandes regiões do país. No gráfico abaixo podemos identificar essas desigualdades:

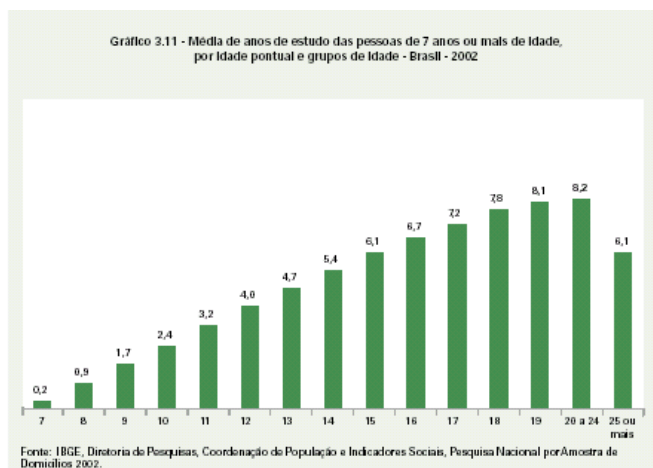
TAXA DE ESCOLARIDADE



Além disso, a permanência nos bancos escolares, em nosso país, apesar de crescente, ainda deixa a desejar. No quadro a seguir, a situação:

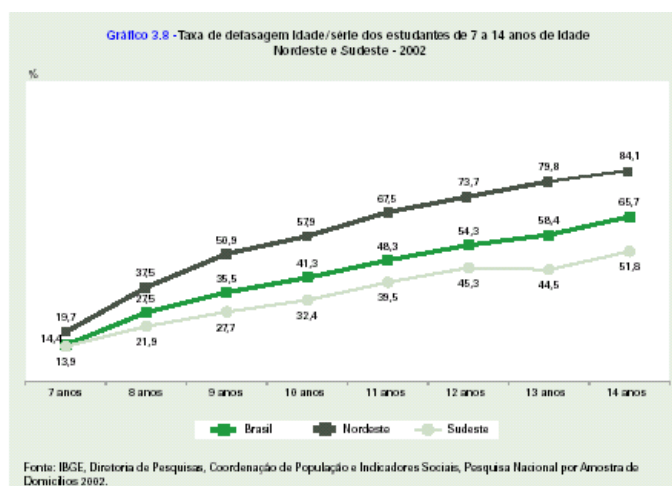
⁶ http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE304

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO



As diferenças regionais são, também, significativas:

TAXA DE DEFASAGEM ESCOLAR EM UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE E O BRASIL



O Brasil chegou ao final do século XX com 96,9% das crianças de 0 a 6 anos de idade na escola. Entretanto, em 2007 apenas 44,5% das crianças de zero a seis anos de

idade freqüentavam creche ou escola no país. O percentual ainda é menor se levamos em conta as crianças de zero a 3 anos de idade. Destas, apenas 11,7% estão matriculadas em creche ou escola.

TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR⁷

Ano	Taxa de freqüência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos de idade
1991	27,5
2001	34,9
2002	36,5
2003	37,7
2004	40,2
2005	40,8
2006	43,0
2007	44,5

Nota:

(1) Até 2003, exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Como visto a situação educacional do nosso país não é das melhores e sofremos dificuldades com isso.

⁷ http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE318

3 CIVISMO E PATRIOTISMO

Civismo e patriotismo são atitudes e comportamentos que no dia-a-dia, os cidadãos manifestam na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para a vida coletiva, com foco na preservação da harmonia e melhorar o bem-estar de todos. É o respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país.

Durante o período dos governos militares (1964–1985) houve uma grande expansão das universidades no Brasil, nasceu o vestibular classificatório e para erradicar o analfabetismo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A partir de 1969 a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), de acordo com o Decreto Lei 869/68⁸, tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Estas entraram em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações em detrimento da reflexão e da análise.

Conforme estabelecido à época, Educação Moral e Cívica tinha como finalidade:

- A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

⁸ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>

- Preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- Fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- Culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- Aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- Compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- Preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- Culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

De acordo com o disposto, suas bases filosóficas deveriam motivar:

- Ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
 - Prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos
-

democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais”.

A EMC inicialmente surgiu como papel central e diferencial. Durante o Regime Militar, houve um chamamento em todo o país, para que não só nas escolas fossem cumpridos os deveres cívicos e patrióticos, mas por toda a sociedade, através de propagandas constantemente repetidas na imprensa falada e escrita enaltecendo o potencial industrial do Brasil e dever de cada cidadão para a construção do progresso.

Ela foi elaborada ao lado da Segurança Nacional e fazia parte do “Brasil Grande” como queriam os militares durante aquele período.

Mesmo tendo sido vista por muitos como uma doutrina autoritária do regime militar, a Educação Moral e Cívica trouxe aos indivíduos a consciência de seus direitos e deveres cívicos, bem como o sentimento de amor à pátria e o conhecimento de seus símbolos.

Muitas das crianças que contaram com a EMC em sua formação educacional, são, hoje, indivíduos adultos e possuem como característica o embasamento educacional e motivacional para o preparo de uma mobilização em caso de necessidade.

Estes indivíduos reconhecem em sua Pátria a mãe gentil que o afaga com suas inúmeras qualidades, mas o castiga caso não reconheça suas vulnerabilidade e ameaças.

Foi com esta disciplina que a escola contribuiu para a formação político-social dos estudantes, de modo a torná-los cidadãos conscientes e participativos, futuros eleitores, trabalhadores e formadores de opinião por intermédio de temas como a estrutura de poder no Brasil, as atribuições de um presidente da República, de um governador ou de um prefeito, etc.

Quanto à Organização Social e Política Brasileira (OSPB), também criada pelo Decreto Lei 869/68, estaria articulada com a EMC e suas finalidades. Tinha como objetivos:

- Preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania brasileira;
- Inserção do jovem na vida política e social do país através de um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático.⁹

Em 14 de junho de 1993, foi publicada a Lei 8.663, que revogou o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, retirando a EMC e OSPB dos currículos escolares.

4. MOBILIZAÇÃO NACIONAL

“Mobilização Nacional é medida prevista na Constituição Federal e envolve a consciente participação de cada cidadão brasileiro em ações de preparo e execução. Tais ações que possibilitaram ao país enfrentar e resolver situações de pressão ou crise internacional, interesses, ameaças ou agressões estrangeiras ao nosso povo, tradições, instituições, território e soberania, no menor tempo e com o mínimo de transtornos para a nossa população e economia.”¹⁰

⁹ MUSSUMECI, Victor. *Organização Social e Política brasileira*. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09.

¹⁰ <http://www.mobilizacaonacional.org.br/>

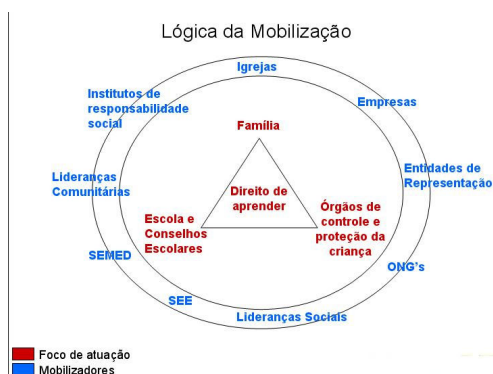
Para concretizarmos a mobilização, faz-se necessário o envolvimento ativo do cidadão, da organização social e da empresa, na busca pelos direitos e proteção do patrimônio nacional. Ela se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas, em longo ou curto período.

A mobilização requer um planejamento estratégico destinado a prever recursos materiais e pessoais necessários às ações programadas. Também poderá ser preciso efetuar transferências de recursos de outros setores para o da segurança, inclusive agindo sobre o potencial nacional, podendo estas transferências processar-se entre os campos do desenvolvimento e da segurança, as expressões do poder nacional e os vários elementos constitutivos de uma mesma expressão.

O preparo caracteriza-se pelo conjunto de atividades planejadas, empreendidas ou orientadas pelo Estado, desde a situação normal, visando a sua execução. Esta é o conjunto de atividades que, após o necessário ato formal de decretação, são empreendidas pelo Estado de forma ágil e dinâmica, a fim de transferir meios existentes no poder nacional e promover a produção e obtenção oportuna de meios adicionais.

Nota-se a importância em conhecermos o grau de aptidão que tem uma nação para a necessidade de uma mobilização e em tempo oportuno, passar de uma situação de paz para uma de guerra, com o máximo de eficácia e o mínimo de transtornos para a vida nacional.

Como exemplo, o gráfico a seguir demonstra uma estrutura de Mobilização Social pela Educação:¹¹



5. SEGURANÇA NACIONAL

Segurança vem do latim “securitas”, que quer dizer tranquilidade, calma, confiança, sem temor.

É o estado, qualidade ou condição de uma pessoa ou coisa, livre de perigos incertezas e assegurado de danos ou riscos. É ainda considerada condição em que os Estados consideram que não há nenhum tipo de perigo, sejam eles econômicos, políticos, sociais, etc.

Segundo o manual da Escola Superior de Guerra – ESG, é “o sentimento de garantia, para a nação, da conquista e manutenção dos seus Objetivos Fundamentais, proporcionada pela aplicação do seu Poder Nacional”.

¹¹ http://portal.mec.gov.br/mse/index.php?option=com_content&view=article&id=164:o-que-e-mobilizacao-social-pela-educacao&catid=71:destaque-principal&Itemid=220

Abraham Maslow¹² em sua pirâmide das necessidades, hierarquiza as necessidades humanas numa escala ascendente com o objetivo de compreender as motivações das pessoas. Define segurança como necessidades de estabilidade e segurança no emprego e de proteção contra privações, perigos e ameaças.



Segurança nacional não pode ser reduzida apenas ao poder militar. Ela inclui componentes econômicos, diplomáticos, de inteligência e político-culturais. É uma atribuição fundamental do Estado.

Inseparável à noção de Estado nacional desde a sua origem, consiste em assegurar, em todos os lugares, a todo o momento e em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo tipo de ameaça e agressão.

Considerando os anseios nacionais quanto a integridade, desenvolvimento e bem-estar geral, faz-se necessário, a manutenção de um efetivo de forças armadas e a mobilização da sociedade, implementação da defesa civil e medidas preventivas de situações de emergência definidas em lei, infra-estrutura no território e utilização de serviços de inteligência e contra-inteligência para detectar, prevenir ou evitar espionagem ou atentados e para proteger informações confidenciais.

¹² http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Maslow

Neste contexto, disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), colaborariam substancialmente na preparação do cidadão brasileiro através de participação em comemorações cívicas, estudo sobre a estrutura política do país, os símbolos nacionais e as pessoas que fizeram a diferença devido a comportamentos exemplares. Estes, em sendo seguidos pelos estudantes, os incentivariam formando comportamentos cívicos e a serem melhores cidadãos.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo dá ênfase à importância e à necessidade da reinclusão, em todo o ensino no país, na grade curricular escolar, em caráter obrigatório, de disciplinas como a Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Elas serviram como prática educativa no sentido de desenvolver, nos estudantes, a capacidade de plena preparação e aperfeiçoamento, do sentimento de patriotismo, de crítica e análise da realidade social em que vivemos e efetiva participação política.

Através deste conhecimento, o estudante ficará mais preparado e motivado para o fortalecimento da soberania do País por meio de sua cidadania, postando-se de maneira contrária à exploração, opressão ou desrespeito ao cidadão, à pátria e aos seus símbolos.

Alguns estudiosos, no entanto, acreditam que o civismo, apesar de estigmatizado como obrigação pelo governo militar brasileiro, poderia contribuir para a auto-estima nacional, quando abordado sem exageros.

É possível o desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do estudante através da EMC e OSPB, visando à sua melhor integração individual e social.

O preparo desta nova geração, com o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade, seria bastante melhorado com a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país.

Pretendeu-se com este artigo alertar a sociedade e o governo para a necessidade da formação cívica dos estudantes, com o intuito de formar uma geração de cidadãos patriotas ilibados que se dediquem e defendam a pátria, dentro de um sentimento de idoneidade político-administrativa.

REFERÊNCIAS

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. *O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional: uma proposta de projeto para o Brasil*.-2ª ed. – São Paulo:MP Ed.,2008.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969*. Dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país e dá outras providências.

BRASIL, Senado Federal. *Lei 8.663, de 14 de junho de 1993*. I Revoga o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969 e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 11.631, de 27 dezembro de 2007, Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Elementos doutrinários. In: *Manual Básico* Volume 1. Rio de Janeiro: ESG 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Aspectos específicos. In: *Manual Básico* Volume 2. Rio de Janeiro: ESG 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."EMC (Educação Moral e Cívica)" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

¹¹ MUSSUMECI, Victor. *Organização Social e Política brasileira*. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=364>, visitado em 18/10/2009.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia de Jesus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus), visitado em 18/10/2009.

<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/barrospinto/2004/07/18/jorcolpin20040718001.html> , visitado em 18/10/2009.

<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html> , visitado em 18/10/2009.

http://portal.mec.gov.br/mse/index.php?option=com_content&view=article&id=164:o-que-e-mobilizacao-social-pela-educacao&catid=71:destaque-principal&Itemid=220, visitado em 18/10/2009.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham Maslow](http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Maslow)

[http://site.suamente.com.br/wpcontent/uploads/Motiva_o/a_piramide_de_maslow/piramide de maslow.gif](http://site.suamente.com.br/wpcontent/uploads/Motiva_o/a_piramide_de_maslow/piramide_de_maslow.gif)

http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE304, visitado em 18/10/2009.